

“Não se trata de escassez, mas de privação de alimentos”: a fome como elemento estrutural e outras considerações

“It’s not about scarcity, it’s about food deprivation”: hunger as a structural element and other considerations

ENTREVISTA COM JOSÉ RAIMUNDO SOUSA RIBEIRO JUNIOR, PROFESSOR ADJUNTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC) E REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, SEÇÃO SÃO PAULO, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (COMUSAN-SP)

*Por: Isabela F. Davies
Paulo Mortari A. C.
Poliana T. da Fonseca
Alfredo José Gonçalves*

1 INTRODUÇÃO

De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2024), a fome ou, nos termos da publicação, insegurança alimentar severa, acometia entre 713 e 757 milhões de pessoas no mundo em 2023, o que representa quase 10% da população de todo o planeta. São pelo menos 150 milhões de pessoas a mais do que em 2019, indicando-se uma piora no quadro nos últimos anos.

A situação, no entanto, varia conforme a região. Enquanto a fome continua avançando na África, manteve-se relativamente estável na Ásia e apresentou progressos significativos na América Latina. Entre 2022 e 2023, houve aumento da fome no Caribe, no Oeste Asiático e em diversas sub-regiões africanas. A África segue sendo o continente com a maior

proporção da população em situação de fome (20,4%), embora a Ásia concentre mais da metade dos afetados globalmente, totalizando cerca de 385 milhões de pessoas.

Diante desse cenário, com vista a aprofundar o debate sobre a relação entre insegurança alimentar e migração por uma perspectiva mais atenta à complexidade da fome, conversamos com o Prof. Dr. José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC) e representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção São Paulo) no Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMUSAN-SP). O diálogo foi mediado por Isabela Ferraz Davies, integrante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo e do Comitê Executivo do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional (obSANPA), e pelo Pe. Alfredo José Gonçalves (o “Padre Alfredinho”, como é mais conhecido), sacerdote da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos e vice-presidente do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM/CNBB).

Um dos pontos centrais da conversa foi a crítica ao uso do termo “insegurança alimentar”. Embora amplamente empregado em relatórios técnicos e políticas públicas para descrever diferentes graus de privação alimentar – desde a preocupação com a falta de alimentos até a fome propriamente dita –, o professor argumenta que essa expressão funciona como um eufemismo que dilui a gravidade do problema. Segundo ele, trata-se de uma terminologia acadêmica e tecnocrática que distancia o público do impacto real da fome. Para os que defendem uma linguagem mais direta, nomear a fome pelo que ela é fortalece a mobilização social e política, tornando evidente a urgência de ações concretas.

A discussão também abordou a fome no Brasil como um problema estrutural, indo além da visão reducionista que a associa apenas à escassez de alimentos. José Raimundo destaca que a lógica capitalista transforma o alimento em mercadoria, priorizando seu valor de troca em detrimento de seu valor de uso. Esse mecanismo perpetua a privação alimentar mesmo em um país que figura entre os maiores produtores de alimentos do mundo. A conversa aprofundou-se ainda nas limitações das políticas públicas e na necessidade de considerar a dimensão cultural da alimentação, especialmente no contexto migratório. Em linhas gerais, a entrevista busca compreender as raízes da fome no Brasil e propor alternativas que transcendam soluções tecnocráticas.

2 O PARADOXO DA FOME NO BRASIL, UM “CELEIRO DO MUNDO”

Isabela Davies: Gostaria de começar com uma pergunta bem direta: como o Brasil, um país produtor de tanto alimento, passa fome? Parece até

inocente essa pergunta, mas não é algo tão simples de entender. O que você tem para nos falar sobre isso?

José Raimundo: *É, esse paradoxo sempre reaparece... Por que mesmo países que exportam alimentos têm uma população que passa fome? O meu caminho para enfrentar esse paradoxo é pela crítica da economia política do [Karl] Marx. A gente tem que começar com um pensamento um pouco mais abstrato, olhando para o que é uma mercadoria. Pode ser alimento, pode ser moradia, pode ser vestuário... O que é uma mercadoria? A mercadoria tem, ao mesmo tempo, um valor de uso e um valor de troca. Um valor de uso que remete à utilidade dessa mercadoria. Ela tem que satisfazer uma necessidade; não tem mercadoria que não satisfaça uma necessidade. Mas ela não é produzida única e exclusivamente para satisfazer a necessidade de alguém. O valor de troca, que nada mais é do que o trabalho que está incorporado nessa mercadoria, é o suporte daquilo que dá o sentido para a produção de mercadorias, que é a valorização do dinheiro que foi investido. Então, em uma sociedade produtora de mercadorias como a que a gente vive, uma sociedade capitalista, a mercadoria é produzida para criar uma valorização.*

Aqui a gente já tem uma primeira inversão: aquilo que seria uma finalidade transforma-se em um meio. O alimento, que teria a finalidade de alimentar alguém, torna-se um meio para outra finalidade que se impõe: a valorização do capital. As mercadorias satisfazem nossas necessidades, mas sempre pela mediação do mercado. Por isso, a gente pode ter uma grande quantidade de alimento ao lado de gente passando fome. Porque, se as pessoas não têm dinheiro, elas simplesmente não podem acessar os alimentos. Essa é uma situação característica desse tipo de sociedade. É claro que a existência da fome não começou com o capitalismo, mas sob as relações sociais capitalistas ela é produzida de uma forma determinada.

José Raimundo traz um exemplo, aludindo principalmente à histórica decisão do governo brasileiro de queimar estoques de café na primeira metade do século XX para frear sua desvalorização no mercado internacional, durante a gestão de Getúlio Vargas¹:

José Raimundo: *Como explicar um momento em que você está queimando café? Você produz café e queima café. Você não entende isso sem considerar a lógica da mercadoria. Para manter certa valorização, é preferível queimar o café do que distribuí-lo.*

Pe. Alfredinho: Tem uma passagem em “As Vinhas da Ira” [romance de John Steinbeck, 1939] que eles foram para a Califórnia para colher frutas. Eles estão com fome, e no rio passa um monte de fruta. Porque os fazendeiros não querem baixar o preço e jogam fora no rio. E o rio passa ao lado das casas deles, que estão com fome.

José Raimundo: *Exatamente, é um exemplo muito parecido. Essa é a racionalidade dessa economia. Soa irracional, mas é bem racional do ponto de vista dessa economia. Esse é um caso extremo, mas podemos observar como a lógica da mercadoria atua também com relação à exportação de alimentos. Para quem produz o alimento como mercadoria, não importa quem vai consumir. O que importa é que seja vendido. Por isso, observamos a exportação de riquezas ao lado da produção da fome. [...] O ciclo da cana-de-açúcar foi isso: muita cana-de-açúcar, muita gente passando fome. O ciclo da mineração produziu muita fome; muito ouro, muita riqueza e muita fome. O café também. Então, como um país agrário-exportador, isso está bem marcado na nossa história, que a produção de alimentos não necessariamente significa que eles vão alimentar as pessoas. Acho que essa é a primeira parte da resposta.*

Padre Alfredinho complementa o paradoxo, com outros exemplos:

Pe. Alfredinho: E eu acho que até tem um agravante nisso. Se a gente olhar os ciclos econômicos, se a gente olhar a América Latina, onde a terra foi mais rica, o povo se tornou mais pobre. O Vale do Jequitinhonha foi o lugar do ouro e do diamante. Potosí foi o lugar da prata, e veja o que virou. Quer dizer, os abutres vêm, pegam o que tem de melhor e abandonam o povo a sua miséria. Onde a terra foi mais próspera, seu solo e subsolo, o povo se tornou sistematicamente mais miserável.

José Raimundo: *A gente poderia dizer que, onde os recursos naturais são mais atrativos para o capital, há mais miséria. O Josué [de Castro] não lê exatamente assim, mas dá para ler isso no Josué. Em “Geografia da Fome”, ele indica que a alimentação no sertão do Nordeste é melhor do que a da Zona da Mata. Isso soa estranho para a gente que está acostumado com as imagens de fome do sertão nordestino. Mas o Josué mostra que, fora dos períodos de seca prolongada, o sertanejo contava com o gado, ele conseguia se apoiar em uma pequena policultura, ele conservava uma variedade de alimentos em sua dieta. Mas, como ele não tinha direito e condições de fazer reservas, quando vinha a seca, o sertanejo enfrentava as crises de fome.*

Já a Zona da Mata, que não sofre com a seca e tem um solo muito fértil, era marcada por uma fome endêmica, ou seja, o tempo todo presente. Isso contradiz as explicações que atrelam a fome à seca ou, de maneira mais ampla, com as condições naturais. Mas se não são as condições naturais, o que explica a fome na Zona da Mata? Para Josué, a explicação está na monocultura e no latifúndio. Ele foi um dos primeiros a dizer isso desse jeito. Na geografia brasileira certamente foi o primeiro. E isso é super importante, para que possamos entender que a fome não é fruto do fracasso das relações capitalistas. Não é quando as coisas dão errado que se tem fome. Não, é quando dá certo. A monocultura e o latifúndio deram muito certo no Brasil.

E tem outro ponto sobre isso que também é importante: temos que lembrar que a gente produz socialmente, mas se apropria da produção privadamente. E a distribuição dos produtos, como repartição do que cabe a cada um de nós, depende das relações sociais de produção. No fundo, é como a gente se organiza para produzir que vai dizer o que vai ficar com cada um no final dessa história. É a inserção no mercado de trabalho que vai definir o rendimento, a estabilidade desse rendimento... Temos que olhar para as relações sociais de produção, para os níveis de exploração e expropriação, que são gigantescos... eles vão produzir fome junto com a produção das mercadorias.

Por isso, quando a gente olha para os dados de fome hoje, eles estão profundamente relacionados com a inserção no mercado de trabalho. Trabalhos mais estáveis com rendimentos melhores... isso se reflete na situação alimentar. Se a gente falar isso para um migrante que está chegando aqui, ele vai dizer assim: “não diga! Jura? Vocês precisam mesmo fazer muita pesquisa para enxergar isso? Vocês precisam mesmo entrevistar 3.300 pessoas para descobrir que o trabalho estável está ligado a uma melhor alimentação?”². Eu mesmo, quando comecei a tomar contato com esse tipo de dado, pensava: “mas isso é uma obviedade”. A questão é que, às vezes, a gente precisa produzir o dado sobre a obviedade para que ela seja reconhecida.

3 O “MAPA DA FOME”

Isabela Davies: Pensando um pouco nessa evolução ou retrocesso no Brasil em relação à fome: em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, todo mundo anunciou – e ficamos bastante satisfeitos – que o Brasil saiu do “mapa da fome”. E aí a gente vê esse retorno agora, em 2022. O que quer dizer sair do “mapa da fome”? Como você interpreta isso?

José Raimundo: Essa foi uma pergunta que eu tive que responder muitas vezes, porque eu estava terminando um doutorado sobre a fome em 2015 e muita gente dizia para mim: “ih, o seu objeto [de pesquisa] acabou!” [risos]. Ao mesmo tempo, eu estava sendo dilacerado pelas entrevistas e pelas conversas com famílias submetidas à privação de alimentos que fiz durante o doutorado. Eu reconhecia que ainda havia muita fome na cidade de São Paulo.

Mas vamos ao ponto central da sua pergunta. Eu acho que considerar que podemos sair e voltar do “mapa da fome” é algo importante, porque assim reconhecemos que a fome é dinâmica. Tem certas narrativas que querem nos fazer crer que estamos cada vez melhor, que estamos evoluindo e que daqui a um tempo a fome vai acabar. Perceber que a fome pode crescer e diminuir, que não é algo linear, é muito importante.

Em segundo lugar, sair do “mapa da fome” em 2014 foi, de fato, uma conquista dos governos Lula e Dilma. E essa conquista ocorre no ano de uma eleição presidencial muito apertada e polarizada. Se eu fizesse parte de um governo concorrendo à reeleição, eu usaria isso a meu favor. Eu certamente diria: “tiramos o Brasil do ‘mapa da fome’”. Acho válido que o governo tenha utilizado largamente essa conquista.

Mas, ao mesmo tempo, em 2013 tinha sido conduzida uma pesquisa pelo IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] que usa a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar... Naquele momento, aproximadamente 10% da população ainda estava no que se chama de “insegurança alimentar moderada e grave”, o que, para mim, é fome. O governo tinha esse dado.

Aí a gente se pergunta: como saímos do mapa da fome se tem 10% da população com fome? A resposta está nos dados que são utilizados para produzir o “mapa da fome”, que são dados diferentes daqueles produzidos pelo IBGE. Agora, essa conversa depende de entender certo debate, ou mesmo de uma disputa em torno das definições e das estatísticas. A estatística é uma arma que eu também uso, também estou querendo produzir um inquérito para dizer quanta fome tem aqui em São Paulo. A gente tem que saber se apropriar destes números.

Pe. Alfreddinho: Os números não falam por si.

José Raimundo: Exatamente, os números não falam por si. O “mapa da fome” da ONU [Organização das Nações Unidas] se baseia em um

indicador, que é o Indicador de Desnutrição Crônica. Como o próprio nome diz, desnutrição crônica. Para elaborar esse mapa, a ONU está considerando somente a fome mais intensa.

Esse é um indicador criado nos anos [19]70 para lidar com crises de fome que estavam pipocando na África, na Ásia e na América Latina. A ONU criou esse indicador para lidar com crises de fome bem significativas. Mesmo os estatísticos da ONU dizem: “olha, ele é um tanto impreciso, porque ele é indireto”. Ele considera a disponibilidade de alimentos num país durante um ano – tudo o que produziu, tira o que exportou, coloca o que importou... –, e aí a gente pega um conjunto de dados sociodemográficos – quantas pessoas tinham, qual é o poder de compra dessas pessoas – e, a partir daí, é feita uma estimativa de quantas pessoas ingeriram menos de 1.800 calorias [diárias] durante todo um ano.

Temos aqui alguns problemas: você reduz a alimentação à ingestão de calorias, esse é um problema; o período de referência, um ano, é muito longo; e a quantidade de calorias é baixa [...]. Mas nem por isso eu acho que temos que jogar esse dado fora. Porque se ele está me mostrando que tem aproximadamente 700 milhões de pessoas no mundo nessa situação, ele está explicitando que tem uma quantidade enorme de pessoas numa situação de fome bem aguda.

Retomando sua análise do significado da saída do “mapa da fome”, José Raimundo conclui:

José Raimundo: *Então, a gente poderia dizer que o que aconteceu foi que o Brasil saiu do “mapa da desnutrição crônica”. É uma vitória, mas ela é um tanto tardia. Porque este dado é para a gente acompanhar a fome em lugares onde há conflitos armados... No Chifre da África, Etiópia, Somália, Eritreia... É para acompanhar a fome no Sudão, na Síria... É para acompanhar a crise de fome que teve na Nigéria nos anos [19]70. Um país como o nosso ainda estar num mapa cujo indicador foi feito para países que estão completamente desorganizados diz muito sobre a nossa realidade.*

Portanto, de fato é um avanço sair daí, mas isso deveria ter sido comemorado com a seguinte ressalva: “concluimos uma primeira etapa. Agora a gente tem que continuar. O que a gente faz para ir além, para erradicar mesmo a fome?”. E eu falo isso pensando nas próprias falas do Lula, que sempre traz definições [de fome] mais interessantes do que as definições

mais tecnocráticas. Nos discursos, o Lula sempre fala que as pessoas devem fazer “três refeições ao dia”. Eu adoro, porque ele está dizendo que pular uma refeição não está tranquilo. Pular uma refeição é um indicador de fome, tanto para ele como para a maioria das pessoas. O Lula está dizendo para a gente: “a meta são três refeições por dia”. Essa meta, eu acho... tem que ser usada. Evidente, refeições equilibradas, respeitando culturalmente os atos das pessoas... Mas se a gente trabalha com esta definição, concluiremos que o tamanho da fome é muito maior do que o da desnutrição crônica. E aí, há sempre esse embate entre definições e medidas, porque a gente quer contar alguma história com esses números.

4 O DEBATE EM TORNO DA DEFINIÇÃO DO QUE É FOME PARA ALÉM DAS PERSPECTIVAS CLÍNICAS

A elaboração de diferentes formas de se captar e mensurar a fome trouxe, como uma de suas contribuições, o reconhecimento de que esta é uma situação complexa e que possui várias dimensões, como se evidencia a seguir:

José Raimundo: *É aí que está a potência das escalas de insegurança alimentar, que eu prefiro chamar de “escalas de fome”. Elas perguntam para as pessoas se elas estão passando fome. Esse é um dado muito potente. [...] Essas escalas ganharam reconhecimento institucional, passaram a ser empregadas por governos e organismos internacionais, mas também são atacadas cotidianamente.*

Muitas vezes, quando estou conversando com as pessoas sobre os dados de fome, elas me perguntam: “mas o que é passar fome? A pessoa falou que sentiu fome, mas será que ela estava com fome mesmo? Mas pular uma refeição já é fome?”. Essas são perguntas que também aparecem nos debates acadêmicos e políticos. Me parece que alguns tentam descredibilizar os dados obtidos pelas escalas de insegurança alimentar, como se elas fossem muito subjetivas.

Esse é um embate antigo. Tenho tentado estudar esse embate, porque o que tende a prevalecer é um discurso médico e clínico. Os médicos, a gente sabe, têm bastante poder na sociedade. A pandemia mostrou isso para a gente. E mostrou como nem sempre o debate deles é o mais científico. O discurso médico também é político.

Então, o que é uma definição clínica, médica, de fome? A pior delas é aquela que utiliza o Índice de Massa Corporal, conhecido como IMC. Para essa definição você tem que estar magro, senão não está com fome. A outra é a desnutrição crônica. Ou você tem que provar que a pessoa está com uma avitaminose, por exemplo. O interessante é que, historicamente, os estudos sobre a fome mostram que o nosso corpo cria estratégias para lidar com menos alimentos.

Se a gente olhar para a fome como privação de alimentos, a desnutrição e outros problemas nutricionais são consequências que tendem a aparecer mais tarde. As consequências psíquicas aparecem muito antes. O que é deitar a cabeça no travesseiro e não saber o que vai ter para comer? Como foi a noite de sono dessa pessoa? Qual é a tranquilidade que ela tem para conversar com os filhos? Estas [consequências psíquicas] vêm muito antes. E elas são dilaceradoras. Por isso, eu entendo que devemos questionar definições muito restritivas do que é fome.

Pe. Alfredinho: A serenidade da pessoa vai para o “espaço”. Quando você entra em casa e tem um filho chorando que quer comer, e você não tem...

José Raimundo: As mães sofrem muito nesses casos. Existem muitas pesquisas que revelam como elas muitas vezes deixam de comer para que os filhos comam. Mas mesmo antes disso aparecem outras questões. Por exemplo, o filho que quer comer iogurte, mas não tem iogurte. Às vezes, nas entrevistas que eu fiz, apareciam relatos assim: “aqui no começo do mês é uma festa, porque tem um iogurte, tem uma bolachinha... Aí, no fim do mês, é só arroz e feijão mesmo”. Ou seja, antes da fome já existe o constrangimento da monotonia alimentar.

E como é muito difícil para as pessoas falarem da fome, eu sempre perguntava: “como é o fim do mês?”. E muitas delas respondiam: “no fim do mês é apertado”. “No fim do mês, não tem mistura”. Eu acho essa fala sobre o aperto muito potente na voz dessas mulheres, porque é uma tradução muito sensível de como o aperto do orçamento se traduz em apertos na vida, e muitas delas falam de aperto aqui [apontando para o coração]. É um aperto no coração. É a depressão chegando, é a ansiedade, é o medo... Então, é um aperto, é uma vida apertada.

5 A CONSOLIDAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR ENQUANTO CONCEITO DOMINANTE E A NECESSIDADE DE SE VOLTAR A FALAR DE FOME

Isabela Davies: No Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, discute-se recorrentemente se devemos falar em “insegurança alimentar”, que é o que tem sido mais usado em organismos internacionais e na academia, ou “fome”. Muitos acusam o termo “insegurança alimentar” de mera sofisticação na linguagem. Como o Conselho tem muitas pessoas de base, de comunidades, ouve-se muito: “por que a gente fica falando de insegurança alimentar? Fala ‘fome’ de uma vez!”.

José Raimundo: *É uma terminologia acadêmica, técnica, tecnocrática, que afasta as pessoas. Em geral, quando eu quero apresentar essa crítica para as pessoas, eu falo algo do tipo: “vai no ponto de ônibus e pede para uma pessoa definir para você o que é insegurança alimentar moderada”. É muito interessante que sejam as pessoas da base que expressem esse mal-estar com o termo “insegurança alimentar”.*

Acho que meu primeiro incômodo com esse termo é que ele sempre me pareceu um eufemismo. Você tira a palavra “fome”, que tem uma potência, que comunica diretamente, e coloca um termo técnico no lugar. Você vai evitando a palavra.

Como a minha trajetória de estudos sobre o tema começou com Josué, eu sempre fiquei atento aos termos utilizados. No prefácio do “Geografia da Fome” – que eu sinto como uma leitura obrigatória, porque naquelas vinte e poucas páginas tem muita coisa importante –, ele diz que existe um tabu em torno do tema. Por que é que não se fala sobre a fome? Porque há um tabu, e esse tabu tem um sentido político e econômico. Ele mostra como os impérios coloniais não poderiam justificar sua missão civilizatória dizendo que estavam levando a fome para outros continentes. Eles tinham que negar a existência da fome. As elites políticas e econômicas do nosso tempo não têm interesse em reconhecer a existência da fome, porque ela atesta seu próprio fracasso. Uma sociedade que não consegue alimentar os seus próprios membros fracassou. Então, o termo “fome” se contrapõe frontalmente às representações de desenvolvimento, de progresso. Ele incomoda. O termo “insegurança alimentar” não tem esse mesmo lugar. E o Josué sempre insistiu no termo ou no conceito de “fome”.

E nesse mesmo prefácio tem algo que é, para mim, uma contribuição inestimável do Josué. Naquele momento, algumas pessoas estavam tentando chegar ao conceito de fome, e acho que ele foi quem melhor formulou esse conceito. Ele não reduziu a fome à inanição, que ele chamava de “fome total”. Ele também formulou o conceito de “fome parcial ou oculta”, que se refere à situação daqueles que passam fome mesmo quando comem todos os dias. Esse conceito tem um poder de explicação e de comunicação do fenômeno muito grande. Por isso, eu não vejo nenhum ganho em usar “insegurança alimentar” e não “fome” quando a gente está falando das experiências de fome, da privação de alimentos. Também não vejo ganho em falar em “insegurança alimentar leve” para tratar daquilo que se aproxima da fome, que eu tenho chamado de “risco de fome”.

Em outras palavras, o termo “insegurança alimentar” termina sendo uma tergiversação, uma forma de desviar a atenção das contradições inerentes ao sistema capitalista e das disputas de poder que sustentariam a fome em suas variadas dimensões, como se esclarece na sequência:

José Raimundo: *Agora, tem uma parte dessa história que é também o meu incômodo com [o termo] “segurança alimentar”. Essa bibliografia sobre segurança alimentar começa a ser elaborada e ganha força no fim dos anos [19]70 e início dos anos [19]80 com muita atuação da ONU e do Banco Mundial. Essas duas organizações tendem a explicar a fome como um produto de falhas. É o oposto do que a gente estava dizendo aqui um pouco antes, de que, quando as coisas dão certo, há fome. Então, a fome é representada como uma falha política, administrativa ou técnica. Ou a fome é produto do atraso, da falta de modernidade.*

A gente não pode esquecer que a ONU estava do lado da “revolução verde”, que era a promessa de que, por meio do aumento da produtividade, iríamos acabar com a fome. A todo momento, essas organizações ocultam as relações sociais capitalistas. Nunca estão no centro do debate termos como a exploração do trabalho, a expropriação das pessoas... Os antagonismos vão desaparecendo. E isso está presente até os dias de hoje. Se a gente olhar para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, eles são a versão, do meu ponto de vista, mais atual disso.

Isso não significa que devemos desconsiderar a atuação destes organismos. Pelo contrário. Em documentos de agências da ONU e do Banco Mundial, eles reconhecem que um mínimo de alimentação tem que

ser fornecido para a população para garantir certa estabilidade, para a manutenção da ordem em um país. Muita fome sai do controle. Então, é preciso fazer a gestão da miséria e da fome, e a ferramenta que eles usam para determinar certos patamares que eles vão estudando e manejando, muitas vezes, é o conceito de segurança alimentar.

Por isso é que, na minha interpretação, esse conceito representa, antes de tudo, uma inversão. Ele é um conceito profundamente ideológico, porque ele não está tratando da segurança das pessoas. Ele tem como horizonte a segurança desta economia. Ele é utilizado como uma ferramenta para garantir a reprodução das relações sociais como elas são, ou seja, para a reprodução desta economia e dos poderes políticos que lhe dão sustentação. O sentido nunca é erradicar a fome; no máximo o que se coloca é o direito à alimentação.

Para sustentar sua perspectiva, José Raimundo recorre ao histórico de adoção da terminologia de insegurança alimentar em relatórios de instituições multilaterais globais e em escalas aplicadas inclusive no Brasil:

José Raimundo: *Mas, como o próprio Marx nos ensina, entre os direitos humanos e o direito à propriedade... entre o direito à alimentação e o direito à propriedade... vence o mais forte. Devemos olhar para os direitos a partir dessa perspectiva. É importante ter um horizonte de direitos, porque ele nos ajuda, muitas vezes, a formalizar demandas, a se mobilizar em torno de uma luta. Mas não pode ter muita ilusão com o sistema judiciário nacional e internacional.*

Voltando ao papel dos organismos internacionais, eu só fui perceber como eles vão ocultando o termo “fome” depois de algum tempo. A primeira coisa que me chamou a atenção foi quando eu consultei o relatório do Banco Mundial sobre fome e pobreza de 1986 e percebi que a palavra “fome” só aparece no título do relatório. É um relatório de umas 80 páginas em que a palavra “fome” está no título apenas, e em todo o resto eles usam “insegurança alimentar”. Eu identifico isso como um momento de passagem, um momento que eles estão propondo um novo conceito.

Anos depois, em um ENPSSAN [Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar], tive uma conversa muito boa com a Anne Kepple, que é nutricionista e trabalha na FAO [Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura]. Eu perguntei para ela por que não se usava o termo “fome” nas escalas de insegurança alimentar, e ela me indicou que

eu deveria ler os trabalhos da Kathy Radimer. Naquela época eu já sabia que seus trabalhos haviam sido uma referência importante para a elaboração das escalas, mas eu nunca tinha lido eles com o cuidado necessário. Quando eu voltei a esses trabalhos, encontrei a história por trás do desenvolvimento das escalas de insegurança alimentar. Que história é essa?

No início dos anos [19]80, começam a crescer os relatos de fome nos Estados Unidos. Não por acaso, é o momento em que o [Ronald] Reagan chegou ao poder com o ideário neoliberal. Os relatos de fome e a busca por comida cresciam, porém, com o indicador de desnutrição crônica da FAO, você não conseguia identificar a existência da fome nos Estados Unidos. Nesse contexto, a Radimer e outras pesquisadoras entendem que precisam criar uma nova medida de fome. Mas, para criar uma nova medida de fome é preciso partir de um conceito de fome. E foi justamente nesse ponto que essas pesquisadoras foram maravilhosas. Elas foram perguntar para mulheres, para mães: “o que é passar fome na sua casa?”. E as entrevistadas indicaram que: “passar fome é comer sempre o mesmo tipo de alimento”; “passar fome é comer menos do que eu achei que devia”; “passar fome é sentir fome e não comer porque eu não tenho dinheiro”; “passar fome é pular refeição”; “passar fome é ficar um dia inteiro sem comer”. As pesquisadoras identificaram que as experiências eram muito parecidas e que elas tendiam a aparecer de acordo com a gravidade da situação. Foi a partir dessas constatações que elas elaboraram as primeiras escalas.

Nessa pesquisa sobre a origem das escalas, me chamou muito a atenção o fato de que as pesquisadoras chamavam as escalas de “escalas de fome”. Mas quando elas foram adotadas como escalas oficiais, o termo “insegurança alimentar” aparece em primeiro plano. Pesquisando, me deparei com todo um debate sobre os termos que deveriam ser utilizados. Nos primeiros anos, a escala de insegurança alimentar dos Estados Unidos tomava a insegurança alimentar moderada e grave como sinônimo de fome. Eles colocavam ao lado da expressão, entre parêntesis, a palavra “fome”. Ou seja, a primeira escala oficial de insegurança alimentar dizia que insegurança alimentar moderada e grave é fome. Mas em 2006, durante o governo Bush, foi feita uma reformulação dos termos da escala. Tiraram o termo fome, e aquilo que um dia foi “insegurança alimentar grave”, seguido de “fome” entre parêntesis, hoje é chamado de “em [estado de] segurança alimentar muito baixa”. Para mim, é o cúmulo do eufemismo.

Como reação, o que se propõe é uma disputa, que, mais do que semântica, pode-se dizer ser ontológica:

José Raimundo: Foi muito esclarecedor estudar essa disputa em torno da nomenclatura. Eu entendo que, se o tecnocrata do Estado pode alterar os termos usados na escala e ela continua sendo cientificamente válida, a gente pode fazer o mesmo. Temos que disputar os termos. O que me importa são quais são as perguntas que compõem a “escala de fome”. Elas são boas? Elas falam sobre a experiência de fome? Se sim, me dá os dados [obtidos através dela] que eu “traduzo” [interpreto]. E é o que eu tenho tentado fazer...

Agora, eu sei que esse é um tema delicado. Eu mesmo, quando participo da elaboração de um inquérito para a cidade de São Paulo, acabo utilizando o termo “insegurança alimentar leve”. Para mim, foi difícil escrever o relatório [I Inquérito sobre a Situação Alimentar no Município de São Paulo, de 2024] nos termos que eu critico. Mas eu entendi que, por ser um texto que seria lido como uma espécie de “dado oficial”, não valeria a pena criar este ruído. Isso poderia ser utilizado para tirar a credibilidade do inquérito. Mas, nos meus textos, eu continuo usando as expressões “fome” e “risco de fome”. Continuo entendendo que precisamos saber manejar esses dados e usá-los para dizer exatamente o que eles significam.

José Raimundo lança mão, nesse sentido, de uma exemplificação:

José Raimundo: Utilizando os dados da ONU, eu entendo que hoje existem aproximadamente 2 bilhões de pessoas passando fome no mundo, sendo que 700 milhões estão no grau mais severo, que é a desnutrição crônica. Ou seja, aquilo que a ONU chama de “insegurança alimentar moderada e grave” eu chamo de “fome”. E aquilo que ela comumente coloca como “fome”, eu ressalto que é apenas uma parte, é a “desnutrição crônica”. Isso é importante porque 2 bilhões de pessoas é quase um quarto da população mundial. Ou seja, não estamos falando de um problema focalizável. Estamos falando de um problema estrutural.

Por que é importante olhar para a fome como estrutural? Não é só por causa da magnitude. É para pensar que a fome participa de processos de estruturação e desestruturação: ela desestrutura a vida de uma pessoa e o modo de viver de uma comunidade. A fome é uma arma utilizada para atacar os indígenas e os camponeses. Isso também dialoga com a questão dos migrantes. A fome está na raiz de vários processos migratórios. [...] Numa crise de fome, a vida das pessoas está sendo desestruturada. Elas estão se livrando dos seus ativos – a terra, por exemplo – a preço de banana, por um prato de comida.

E desestruturar um modo de vida é também estruturar outro modo de viver. Como a gente estava conversando, um pouquinho de fome no imaginário ou na memória do trabalhador faz com que ele aceite as condições de trabalho mais precárias. Às vezes, ele nem experienciou a fome, mas ele olha na rua, ele escuta histórias. A perspectiva de que você pode passar fome é muito potente para tornar o trabalhador cativo das formas de emprego mais precárias.

Eu costumo falar sobre a fome com os meus alunos na universidade. Eu sei que alguns deles até já enfrentaram esse problema. Muitos reconhecem que seus pais e avós já passaram por essa situação. Então, para eles, esse não é um fenômeno que está longe, que não faz parte do imaginário deles. Não é porque a fome do pai e da mãe acabou que, no imaginário desses jovens, ela desapareceu. Então, para eles, é muito claro que eles precisam de um trabalho e que, dependendo da situação, o trabalho que aparecer tem que ser aceito.

Portanto, esse dado sobre a fome é importante para mostrar que ela não é pontual, não é atípica, não é conjuntural, não é passageira. Ela faz parte do funcionamento normal da nossa sociedade.

6 A FOME NO ÂMBITO MIGRATÓRIO EM SUA DIMENSÃO CULTURAL

Isabela Davies: Pensando nos migrantes, uma questão que eu sempre levanto é a das cestas básicas. A gente recebe aqui [na Missão Paz] cesta básica. Muitos dos migrantes nem comem os itens da cesta básica. Não comem arroz e feijão. Não faz parte da cultura alimentar deles. Então, além de tudo o que eles passam para chegar até aqui, ainda precisam lidar com as diferenças de hábitos alimentares. E aí o Conselho [Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo] me diz: “Isabela, mas o que é que você quer que a gente faça? Não dá para fazer uma cesta básica para cada nacionalidade. É inviável”. Mas a gente precisa pensar em outras formas, né? Principalmente in natura.

José Raimundo: Essa é uma dimensão muito importante. Às vezes, por olhar para as situações mais graves, acabamos dando pouca atenção para outras coisas que são muito importantes e podem até ficar ocultas. Sua colocação é muito boa, porque não é porque uma pessoa está passando fome que tudo para ela é alimento. Para uma coisa ser alimento para você, ela passou por um processo cultural que transforma aquilo em alimento. Isso vale para os migrantes. Uma crítica mais rebaixada diz: “quem está passando

fome, come qualquer coisa”, mas, como eu disse, não é porque a pessoa está passando fome que ela reconhece algo que para a gente é uma comida comum como alimento.

Eu vivi uma experiência que me marcou muito nesse sentido. Logo que eu entrei na UFABC eu participei de um projeto de extensão. Minha contribuição foi fazer um levantamento da situação alimentar das famílias de alunos de uma escola localizada em Heliópolis³. Eu apresentei para os estudantes da UFABC que faziam parte desse projeto a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, e nós fomos aplicar os questionários com os responsáveis no horário de entrada e saída dos alunos.

Nós chegamos em dados horríveis: aproximadamente metade das famílias dos alunos do ensino fundamental com fome. Isso significa que os alunos vêm de um lar em que os pais estão vivendo esse nível de angústia, de não saber se vai ter o que comer e o que é que vai ter. Mesmo que a criança esteja comendo – porque ela, em geral, é poupada, pois quando tem alguma coisa, ela come primeiro –, ela está vivendo nesse ambiente.

Quando eu fui apresentar os dados para a escola, uma parte dos professores se emocionou, trouxe relatos de fome impressionantes. Falaram do aluno que não consegue parar em sala de aula quando sente o cheiro da merenda; do aluno que está sempre fraco; do aluno que desmaia na aula de educação física; da família que pede cesta básica ao fim da reunião com a coordenadora pedagógica... Mas outra parte dos professores, que vivem naquele cotidiano escolar, parecia em estado de negação. Uma professora disse: “Não tem tudo isso de fome. Não é possível”. E o argumento dela e de outros professores era o de que havia muito desperdício de alimentos na escola. Ela perguntava: “como é que tem fome se tem desperdício de alimento? Para mim, quem está com fome come qualquer coisa”.

Foi um momento difícil, sabe? Eu tentei manter a calma, a tranquilidade, e me veio algo que o Paulo Freire coloca: a gente tem que trabalhar com as situações-problema. Se esta é a situação que eles estão colocando, vamos pensar. Eu devo ouvir. Afinal, o argumento dela faz algum sentido. É mesmo paradoxal a existência de fome e desperdício de alimentos em uma mesma escola. Nesse momento, começamos a conversar sobre o desperdício. Uma professora das séries iniciais relatou que algumas porções eram muito grandes para seus alunos. Ela disse algo como: “mesmo que ele esteja com fome, como é uma criança, se você dá meio caqui, ela não vai comer tudo”.

Como mais de um professor falou do desperdício de aqui, eu aproveitei para compartilhar com eles minha experiência pessoal com a introdução de um alimento novo para uma criança. Eu acompanhei isso com a minha sobrinha e sei que nem sempre é fácil convencer uma criança a comer algo novo. E nesse momento eu devolvi a questão para eles: “como é que a escola está se comunicando e introduzindo um novo alimento no cotidiano desta criança? Simplesmente colocar na bandeja pode virar desperdício, mesmo que ela esteja com fome”.

Eu sei que isso não resolve a questão. Seria necessário um longo trabalho para compreender e superar essa questão do desperdício. Mas essa experiência me marcou muito, no sentido de que ela expõe uma situação contraditória. E isso pode acontecer com um migrante que recebe um alimento e, mesmo com fome, tem dificuldade em consumi-lo.

Isabela Davies: E sabe o que os migrantes fazem? Eles revendem os itens. E aí, quando as pessoas veem isso, principalmente brasileiros, me falam: “ah, vocês ficam aí, dando cesta básica para migrantes... eles nem precisam! Eles vendem!”. Mas eles revendem para comprar os itens da cultura alimentar deles. As haitianas que ficam aqui na frente [da Missão Paz, na Rua Glicério] vendem banana, peixe frito, inhame... Então, ela vai para o CEAGESP uma vez por semana... ela paga um cara, que, na verdade, vai ao CEAGESP, traz os alimentos... Olha a logística que ela tem que fazer para ficar vendendo aqui na frente, só para a comunidade haitiana. Mas quanto custa para ela esse cara que vai ser o único que tem carro?

Pe. Alfredinho: E há um dado aí que é marcante: a fome do haitiano em São Paulo não é a fome do afegão. A fome do afegão não é a fome do venezuelano. A fome do venezuelano não é a fome do congolês, do angolano. Cada fome tem a sua especificidade. Porque você pode encher o cara de arroz e feijão. O cara está com fome de inhame, o cara está com fome de banana frita. São fomes distintas. E isso... quem nunca passou fome, não vê isso.

José Raimundo: Exatamente. É interessante olhar para a fome desse jeito. Tem algo bonito nessa compreensão: não é porque a pessoa está com fome que ela deixa de ter sua cultura alimentar. O faminto sempre fica no lugar de tutelado, como aquele que deve aceitar qualquer coisa. Ele não deixa de ter cultura e não deixa de ser um sujeito político. Acho que esse é o ponto. Tanto a dimensão política como a cultural, aos poucos, são tiradas dessas pessoas, como se elas fossem aquela expressão do “pobre coitado”.

O Josué [de Castro], no início da trajetória dele, acreditava mais nas elites políticas, econômicas e intelectuais. Ele acreditava que elas iriam conduzir a resolução dos problemas sociais. Aí ele foi eleito deputado, e no contato com os seus colegas deputados, percebeu que as elites brasileiras nunca tiveram isso como horizonte.

O último livro que ele escreveu no Brasil, antes de ser exilado, foi “Sete Palmos de Terra e um Caixão”. Este é um livro sobre as Ligas Camponesas, e o argumento central nesse trabalho é: aquele que está submetido à privação de alimentos continua sendo um sujeito político. A solução passa por ele. A solução não é: “o que nós podemos fazer por eles?”.

Como pernambucano, imerso naquele momento histórico [início dos anos 1960], provavelmente ele também estava em contato com as ideias do Paulo Freire. E o Paulo Freire estava dizendo: “a gente não leva a solução. A gente leva a escuta da pergunta, do problema, e constrói a solução juntos”. Então, no final da vida dele, Josué já estava dizendo: precisamos de movimento social, precisamos de reforma agrária feita pelo movimento social.

7 POLÍTICAS PÚBLICAS: INDISPENSÁVEIS, MAS INSUFICIENTES

Retomando a dimensão política e o caráter estrutural da fome, José Raimundo faz algumas considerações sobre o papel das políticas públicas, que, embora relevante, reconhece como limitado:

José Raimundo: *Tem um dado, por exemplo, de que a cobertura do Bolsa Família em São Paulo é precária. [...] De acordo com a nossa pesquisa, das famílias que estão em situação de fome no município de São Paulo, apenas 30% estão no programa. Ou seja, uma parte muito grande das famílias em situação de fome não está coberta. [...] Ao mesmo tempo, quando a gente olha o valor do Bolsa Família, a gente percebe que ele ajuda, claro, mas não garante que a família vai estar fora da fome ou do risco de fome. Somente um quarto das famílias beneficiadas não estavam em alguma dessas situações. Ou seja, a maior parte das famílias que estão no Bolsa Família continuam submetidas à privação de alimentos.*

Se eu estou olhando para a questão e dizendo que a gente tem um problema estrutural na nossa frente, preciso reconhecer que ele é de uma magnitude que as políticas públicas não vão resolver. Elas são importantes,

mas a gente precisa começar a falar de coisas um pouco maiores, pelo menos de reformas. No campo, tem que falar de reforma agrária. Na cidade, a gente tem que falar de reforma urbana, de acesso à moradia, por exemplo. Se o acesso à moradia é facilitado, isso se desdobra em uma melhor alimentação.

Eu acho que a potência das escalas de insegurança alimentar, que são escalas de fome, é que elas dão para a gente uma dimensão da crise que outros indicadores econômicos não dão. As linhas de pobreza, por exemplo, são muito abstratas, muito distantes da realidade vivida pelas pessoas. Eu tomei um susto quando comecei a olhar para os dados de pobreza e de fome em escala internacional, porque o número de extremamente pobres, de acordo com o Banco Mundial, era menor do que o número de pessoas cronicamente desnutridas da ONU. Aí eu me pergunto: que medida de extrema pobreza é essa que deixa alguém com fome de fora dela?

Aqui no Brasil, o critério para ter direito ao Bolsa Família é ter uma renda per capita menor do que R\$ 218,00. Essa é a renda de quem é considerado em extrema pobreza no Brasil. Ela equivale a um sétimo do salário-mínimo. Isso é muito baixo. Por isso, entendo que essas medidas econômicas, às vezes – às vezes, não, muitas vezes –, são usadas para subdimensionar e ocultar o tamanho do problema. Porque tem um discurso que coloca a focalização como uma necessidade a priori. Somos bombardeados pelo mantra de que não temos recursos, logo eles precisam ser focalizados. Aí todo o raciocínio fica invertido: você precisa criar um problema que caiba na focalização. Percebe a inversão? Não é que você vai para a realidade, vai interpretar ela e falar: “tá, qual é o tamanho do problema que eu tenho que resolver?”. Não. A lógica é: “Eu tenho x [em recursos], então o problema que eu vou encontrar na realidade só pode ter o tamanho de x”. Por isso, quando você utiliza ou produz dados que explicitam que o problema não é focalizável, a tendência é que quem está no poder questione o uso que você faz dos dados.

No que concerne à eficiência das políticas públicas, José Raimundo chama a atenção para a necessidade de disputar o orçamento do Estado:

José Raimundo: *Isso não significa que sou contra as políticas públicas. Sem elas estaria pior, como estaria pior sem uma legislação que estipula o valor do salário-mínimo, mesmo que este salário-mínimo seja um salário de fome. Não sou partidário do quanto pior, melhor. Vimos isso no passado*

recente. Você constrói um conjunto de políticas públicas em torno da alimentação, de algum combate à pobreza, e a situação de muitas famílias melhora. Mas não podemos ter muitas ilusões. O Brasil saiu do “mapa da fome” porque o salário-mínimo aumentou, porque melhoraram um pouco as condições do emprego. Não foi apenas o Bolsa Família. Ele ajudou, mas eu não sei o quanto ele é o ator principal desta mudança.

Eu tendo a dizer algo assim para os meus colegas: “sabe por que é bom olhar para as políticas públicas no nosso país? Porque elas mostram que funcionam e que, portanto, o problema não é técnico”. Coloque muito dinheiro no Programa Nacional da Alimentação Escolar e garanta que todas as crianças vão chegar na escola e vão ter uma alimentação farta e variada; que o Programa Nacional da Alimentação Escolar vai ter um olhar para as áreas onde a gente detectar que tem mais fome e vai servir uma alimentação reforçada. O programa já está de pé, os técnicos já sabem como fazer. Temos o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos. Triplique a verba dele, quadruplique a verba dele...

A gente tem que falar de orçamento. Se a gente só fica falando do desenho da política pública, parece que o problema é que o Estado não é eficiente, que o problema é técnico. Não, ele é eficiente, bem eficiente. Por isso precisamos falar de orçamento, porque disputar o orçamento do Estado é algo profundamente político. Não é algo técnico.

Ao pedirmos uma referência que ilustrasse o alcance que uma política pública poderia ter na questão da alimentação, tivemos o seguinte como resposta:

José Raimundo: *Se tem um lugar que eu admiro aqui em São Paulo é Diadema. Eu não conheço muito, mas o pouco que eu conheço do trabalho da Secretaria de Segurança Alimentar de lá me causou uma ótima impressão. Eu tive contato com a Secretaria de Segurança Alimentar em 2023 por conta do meu trabalho na [Universidade] Federal do ABC. Eu e meus alunos fomos muito bem recebidos pelas profissionais, e elas nos apresentaram vários programas, entre eles, o de hortas urbanas.*

Foi muito interessante ver como elas não caíam num discurso ideológico em torno das hortas urbanas, como se as hortas pudessem resolver o problema da fome em uma metrópole. As hortas urbanas eram pensadas como uma forma de recuperar terrenos degradados, sobretudo embaixo dos

linhões de energia. Elas eram pensadas como uma forma de contribuir com a saúde mental dos participantes. Mas as profissionais da secretaria tinham consciência de que as hortas ofereciam uma alimentação mais diversificada apenas para um número reduzido de pessoas. O combate à fome propriamente dito estava centrado nos Restaurantes Populares, que servem uma refeição completa por R\$ 1,00. E a maior parte do orçamento da Secretaria ia para esses restaurantes.

Eu vejo que muita gente que está lutando por boas políticas públicas não está “do outro lado da trincheira”. O ponto é que eu quero dialogar com elas e dizer que precisamos, no mínimo, de reformas, de reformas no sentido mais forte deste termo. Mas eu sei que essa é uma posição minoritária hoje em dia. Prevalece o entendimento de que as grandes empresas e o grande capital podem ser nossos parceiros na construção de políticas públicas, de políticas públicas que, a meu ver, não transformam quase nada.

8 A TÍTULO DE SÍNTESE

Ainda que não tenhamos pedido ao José Raimundo uma síntese de tudo o que conversamos, há um trecho de sua fala que cumpre com esta finalidade ao resumir a lógica que regeria o acesso a alimentos em nossos tempos em uma só palavra. Com ela, concluímos a exposição dos resultados de nossa entrevista:

José Raimundo: *Não existe escassez de alimentos. Esse é um argumento malthusiano que sempre retorna. Ele assume diferentes formas, diferentes formulações, mas está sempre presente. O que existe é privação. Essa palavra diz muito mais sobre o nosso mundo. A propriedade privada produz a privação. A privação de moradia, a privação de alimentos...*

NOTAS

¹ Ver, por exemplo, Tosi; Faleiros, 2017.

² Referência ao *I Inquérito sobre a Situação Alimentar no Município de São Paulo*, publicado em 2024 e do qual o entrevistado foi um dos coordenadores (RIBEIRO JUNIOR; BANDONI; TOMITA, 2024).

³ De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Heliópolis é a segunda maior favela do município de São Paulo, com aproximadamente 55 mil moradores (BELLO, 2024).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLO, Luiz. Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas. **Agência IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro, 08/11/2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024**: Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all forms. Rome, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel; TOMITA, Luciana Yuki (Coord.). **I Inquérito sobre a situação alimentar no município de São Paulo**. Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2024. Disponível em: <https://ifz.org.br/i-inquerito-sobre-a-situacao-alimentar-no-municipio-de-sao-paulo/>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- TOSI, Pedro Geraldo Saadi; FALEIROS, Rogério Naques. O Café no Brasil: produção e mercado mundial na primeira metade do século XX. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 28, 29 e 30 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/41%20O%20Caf%C3%A9%20no%20Brasil%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Mercado%20Mundial%20na%20primeira%20metade%20do%20s%C3%A9culo%20XX.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.